

CAPÍTULO 3

PAISAGEM E RURALIDADES EM GUARAPUAVA (PR)

Data de submissão: 28/11/2025

Data de aceite: 07/02/2025

Lygia Cristine Ramos Daniel
Sergio Fajardo

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO PARANAENSE E AS CONFIGURAÇÕES REGIONAIS

RESUMO: O texto é resultado de pesquisa realizada na Unicentro entre os anos de 2023 e 2024. A proposta da presente foi de interpretar possíveis elementos de ruralidade no meio urbano de Guarapuava (PR). Para tal, partindo de uma metodologia descritiva e exploratória, realizou uma revisão de literatura sobre os conceitos de paisagem, ruralidade e relação campo-cidade. O espaço urbano de Guarapuava apresenta, marcadamente, alguns elementos de ruralidade. Tal consideração não é exclusiva do município, pois está presente em grande parte do interior do Paraná. Porém, o contexto de Guarapuava, com a parte da população oriunda de migrações do campo, e, ainda, influenciada pelo aspecto cultural da região, favorece esses pontos de ruralidade materializada na paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; ruralidades; Município de Guarapuava-PR; relação campo-cidade.

O processo de ocupação do território paranaense no século XIX teve como um dos fundamentos a exploração econômica a partir das atividades agropecuárias (FAJARDO, 2008). Além dos perfis diferenciados de cada espaço, no que diz respeito às condições de relevo, solo, clima e vegetação, historicamente, os espaços regionais paranaense são marcados por distintas formas de exploração e povoamento.

O condicionamento natural é relevante em se tratando de ocupação. As limitações para avançar o território incluíam grandes rios, escarpas, serras e florestas. Ao serem ocupadas, as regiões se distinguiam em suas potencialidades, como por exemplo, as características de clima e solo.

Em relação aos solos, há algumas semelhanças entre os espaços paranaenses. As regiões de Ponta Grossa e Paranavaí, possui em comum solos

bastante intemperizados e pobres em termos de nutrientes, sendo ambos derivados de arenitos, Furnas em Ponta Grossa e Caiuá no Noroeste. (FRITZSONS et al., 2014). Essa característica influenciou diretamente no tipo de uso do solo.

Se desconsiderada a presença no território paranaense dos povos nativos (indígenas) e mesmo a ocupação espanhola no século XVI, e ainda a o povoamento espontâneo por grupos de caboclos e outros posseiros, como fazem Bernardes (1952) e Bernardes (1953), somente entre meados do século XIX e meados do século XX é que se completa o povoamento do Paraná (BERNARDES, 1952). Ou seja, em um período de cerca de 100 anos, um grande espaço com vasta vegetação nativa, de campos ou florestas termina por ser ocupado com exploração agropecuária.

As características fundiárias e os modelos agrários, distintos no tempo e no espaço, representaram uma diversidade nas formações regionais. Isso se reflete tanto no tamanho das áreas dos municípios como no tamanho médio das propriedades rurais. Tal informação é importante ser colocada em função do fato de que os modelos produtivos acabam sendo diretamente influenciados pelas condições de posse e uso da terra, de acordo com a condição regional. Um exemplo é colocado por Rangel (2012), quando aponta para as grandes diferenças regionais da agricultura familiar e camponesa no Brasil.

Dessa forma, seria inviável pensar em políticas de desenvolvimento regional que desconsidere essas diferenças, forçando a uma padronização do que seria como o público-alvo, no caso, os camponeses e agricultores familiares. No tocante às políticas públicas para o campo vale ressaltar o valor do crédito proporcionado pelo PRONAF, além de programas para aquisição de alimentos e àqueles voltados à merenda escolar. Triches e Killian (2016) apontaram em seu artigo resultante de pesquisa em municípios paranaenses, que as cidades maiores tendem a não atender ao percentual exigido de compras da Agricultura Familiar no PNAE.

No caso do Paraná, ainda que em menor escala, as diferenças da agricultura familiar são perceptíveis no território. No que concerne a formação da sua estrutura produtiva, esta foi resultado da exploração econômica em várias fases de ocupação, delimitadas no tempo e no espaço, modificando e construindo paisagens (FAJARDO, 2007).

A FORMAÇÃO ESPACIAL DO INTERIOR DO PARANÁ

Analizando o interior paranaense a partir do recorte espacial historicamente chamado de “Paraná Tradicional”, este “período/espaço” carrega consigo todo um simbolismo das ocupações e povoamentos desde o período colonial. Trata-se de um espaço formado a partir da expansão de uma sociedade campeira e escravagista, a partir da grande propriedade e da exploração de campos nativos (Campos Gerais, Guarapuava e Palmas) e uso de mão de obra escrava.

Durante boa parte do século XIX essa foi a identidade paranaense que nascia como

província em 1853. A sucessão de fases econômicas, passando da pecuária extensiva à exploração de erva-mate e madeira consolidou essa parte do território, culminando com a chegada de imigrantes europeus (ucranianos, poloneses, alemães e italianos, dentre outros), estabelecendo colônias muito além da atual região metropolitana de Curitiba.

Vários poloneses foram direcionados a colônias no Alto e Médio Iguaçu em áreas de matas mistas, que apesar de distantes de centros consumidores, foi possível integrarem-se à economia do mate e produzir para a subsistência (CHANG, 1988). Em finais do século XIX, a sociedade campeira tradicional estava em crise (BALHANA; MACHADO; WETPHALEN, 1969). Muitas fazendas já não conseguiam comercializar o gado em função da concorrência com criações de outras regiões.

Além disso, alguns fatos históricos abalaram a política estadual nessa época. Talvez o mais relevante tenha sido a Revolução Federalista, um conflito ocorrido entre 1893 e 1895, que surge no rio Grande do Sul, mas que acabou tendo desdobramentos no Paraná. No município da Lapa, um cerco ao avanço dos federalistas que vinham do Rio Grande do Sul, sob o comando de Gumerindo Saraiva, resistiu, ainda que em número menor. O então coronel Antônio Ernesto Gomes de Carneiro, que comandou as tropas governistas, foi um dos que morreram em combate, e o Barão de Serro Azul, um dos maiores produtores de erva-mate do Paraná, foi assassinado enquanto estava detido por ser acusado de traidor (CAMARGO JÚNIOR, 2018).

O Tropeirismo dá lugar à Economia do Mate em meados do século XIX. As grandes propriedades estavam decadentes, pois a atividade de pecuárias já não era rentável. Buscou-se então explorar as matas e a erva mate nativa (CHANG, 1988).

O Paraná Tradicional teve na imigração, além de um óbvio fator de incremento populacional, a base para o surgimento de pequenas propriedades para produção de alimentos que abasteceriam a população em crescimento e formariam um início de diversificação agrícola. No entanto, a imigração tradicional, inicialmente, não foi tão impactante do ponto de vista do fortalecimento econômico estadual. A produção de erva mate, que teve seu auge no final do século XIX (ROSA; SOUZA, 2019), passa por dificuldades no início do século XX. A decadência das atividades de erva mate e madeira acabam por representar uma estagnação econômica (PADIS, 1980).

A imigração atendeu uma demanda de mão-de-obra tanto para as lavouras de exportação como a cafeicultura em São Paulo, como para as pequenas lavouras de subsistência, que acabaram por ser as fornecedoras de alimentos para as cidades nascentes (CHANG, 1988).

Nesse início de século XX, a construção da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande decretava definitivamente o fim do Tropeirismo e uma crise geral entre os grandes latifundiários. Alguns dos fazendeiros criadores de gado dos Campos Gerais acabaram vendendo suas propriedades para a colonização de imigrantes como os russos alemães (BALHANA; MACHADO; WETPHALEN, 1969).

Nesse contexto, novas fronteiras agrícolas são ocupadas. A colonização nos espaços ainda pouco explorados, mas não vazios, pois havia população cabocla, por exemplo, inicia com a identificação de duas frentes de ocupação. Nas primeiras décadas do século XX a porção norte do Paraná, sobretudo a parte mais central, passa a ser alvo de investimentos no sentido de colonização.

Quase no mesmo período, as regiões Sudoeste e Oeste também passam a ser ocupadas. Partindo de Guarapuava muitos núcleos foram sendo fundados nas proximidades do vale do rio Iguaçu, como Palmas, União da Vitória, Clevelândia, Pato Branco, General Carneiro etc. Mas, apesar de a Economia do mate fazer parte desse espaço desde o final do século XIX, a colonização do espaço Sudoeste-Oeste passa a ganhar força por conta do grande fluxo migratório oriundo do Sul, sobretudo com migrantes gaúchos, promovido pela colonização tanto pública como privada.

Almeida (2016) aponta que na década de 1960 o Paraná tem uma identidade frágil, em que há uma cultura gaúcha e catarinense no Sudoeste, paulista no Norte, contrastando com o regionalismo marcante dos Campos Gerais. Nota-se, assim, que a diversidade cultural e humana acompanha a ocupação e a exploração econômica.

O PARANÁ EM TRANSFORMAÇÃO NO SÉCULO XX

O território paranaense é transformado a partir de processos que começam a ser acelerados em meados do século XX. Nesse sentido, torna-se necessária a estruturação viária e a viabilização de atividades econômicas mais dinâmicas que possam dar autonomia e sustentar os espaços regionais.

Nas primeiras décadas do século XX as condições das estradas eram bastante precárias, o que dificultava o fluxo de pessoas e da produção agrícola local. Com o avanço da colonização foi necessário também melhorar as estradas existentes e construir outros acessos ao Sudoeste e Oeste.

Ainda em relação à infraestrutura, as dificuldades de promover as atividades econômicas nessas regiões de fronteira de ocupação incluíam as condições de acesso a água tratada e eletricidade. Um fato que ilustra o processo é de que somente em 1947 é criado pelo governo estadual o Serviço de Energia Elétrica do Paraná, que mudou para Departamento de Águas e Energia Elétrica, DAEE e, em 1954 era criada a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL (MACHADO, 1998).

Sobre o desenvolvimento do Paraná, Crocetti (2007) aponta seis interpretações históricas relativas ao desenvolvimento da economia paranaense. A primeira, seria a cepalina, apoiada no modelo centro-periferia e na política de substituições das importações. A segunda diz respeito à análise, já referida aqui, de Padis (1980), em que revela um Paraná construído à margem de São Paulo, e por ser periférica, essa economia encontrava fragilidades para a formação de uma indústria autônoma, por exemplo.

A terceira interpretação para o autor (CROCETTI, 2007), advém da atuação de governos como de Ney Braga (1961-1965) e Paulo Pimentel (1966-1970) que abrange parte do auge do período militar, com o chamado “milagre econômico”. Nesse momento, ainda que vista como complementar a São Paulo, a economia paranaense teve investimentos altos em infraestrutura, como em rodovias, ferrovias, melhorias no Porto de Paranaguá, criação de armazéns, e avanço das telecomunicações, além do uso do CODEPAR/BADEP/FDE a fim de mediar o crédito tanto agrícola como industrial. A quarta interpretação ocorre a partir dos anos 1970, em que os governos Jayme Canet (1975-1979) e Ney Braga (1979-1980), apenas ampliam investimentos em rodovias. Foi o momento em que o Paraná já havia iniciado um grande processo de modernização tecnológica da agricultura (FLEISHFRESSER, 1988; CUNHA, 2018).

Crocetti (2007) continua mencionando que a quinta interpretação sobre o desenvolvimento econômico do Paraná foi apresentada em 1988. Por meio de um documento do Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, que evidencia o papel da cafeicultura, da modernização, diversificação e do Estado para o *boom* industrial a partir da década de 1970. Por fim, o referido autor encerra com a sexta interpretação é apoiada na perspectiva de crise econômica dos anos de 1980. Apesar das dificuldades e da falta de investimentos públicos, a economia conheceu um certo dinamismo, sobretudo por conta da agroindustrialização. Constatase que a produção agroindustrial representa para o Paraná uma relevante participação econômica, atingindo quase todas as regiões (SESSO *et al*, 2020).

Cunha (2003) reforça que boa parte das interpretações sobre o desenvolvimento regional utiliza-se de uma perspectiva *etapista*, onde, por meio de uma visão homogeneizante do território, se explicaria as condições de desenvolvimento e subdesenvolvimento, as regiões mais atrasadas e as mais avançadas, desconsiderando a endogeneidade. O estudo do Ipardes (2017) demonstra ter sofrido influência dessa essa abordagem ao delimitar espaços socialmente críticos no Paraná, em detrimento às regiões mais dinâmicas.

Porém, como lembra o referido autor (Cunha, 2003), as regiões paranaenses possuem especificidades que, historicamente, afetaram diretamente as suas formações. Para o referido autor, essas seriam as trajetórias regionais, cujas particularidades incluiriam características territoriais presentes, abrangendo desde o tipo e produtividade dos solos, topografia, clima e densidade demográfica, configurando o processo histórico-geográfico distinto.

SOBRE AS DIFERENÇAS REGIONAIS PARANAENSE

As diferenças regionais no Paraná não podem ser então encaradas simplesmente como algum tipo de fragilidade econômica, mas resultado de processos de ocupação condicionados por um contexto de configuração territorial. Os momentos da ocupação

das regiões e as opções econômicas influenciaram nos modelos estabelecidos e não o contrário. Ainda assim, alguns processos como a modernização da agricultura, avançam sobre vários espaços regionais, condicionados por fatores como solo, clima e topografia (CUNHA, 1986).

Além disso, a evolução tecnológica promove desdobramentos nos processos de industrialização e modernização agropecuária, permitindo que regiões pouco aptas ao avanço das culturas modernas, tornem-se interessantes a partir de novos investimentos em modelos adaptados tecnologicamente. Dessa forma, uma nova etapa de agroindustrialização a partir da década de 1970 se espalha por vários polos regionais.

Nessa direção, Fajardo (2008) também reforça que da década de 1990, em que a desarticulação do modelo inicial de Complexo Agroindustrial, em que a redução e o apoio dos investimentos e financiamentos direto do Estado dá lugar a um mercado agroindustrial cada vez mais tecnológico e competitivo, com a presença de grandes corporações globais concorrendo com iniciativas nacionais, como as cooperativas agropecuárias.

Vale resgatar que as atividades industriais no Paraná até a década de 1960 eram, sobretudo, rudimentares e representadas por atividades de processamento de produtos primários (BRAGUETO, 1999; FAJARDO, 2008). Assim, o beneficiamento da madeira, da erva-mate, do café etc., faziam parte de uma indústria tradicional, sem bases tecnológicas (PADIS, 1980).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o Paraná assume uma estratégia de industrialização complementar ao Sudeste do Brasil com a produção de bens intermediários na Região Metropolitana de Curitiba, RMC (RAMOS; NUNES; BIANCO, 2011). Nesse contexto, a própria atividade agroindustrial passa por transformações do Paraná. Enquanto a RMC amplia e incrementar a sua atividade industrial com a indústria automotiva e metalmecânica, o interior, concentra as suas forças na diversificação e agroindustrialização a partir de investimentos de cooperativas agropecuárias e grandes corporações globais do Agronegócio (FAJARDO, 2008).

Uma profunda transformação no campo (e na cidade) acontece a partir de dois processos concomitantes: a modernização tecnológica e a industrialização da agricultura. No Paraná, essas mudanças culminam no estabelecimento e consolidação do Complexo Agroindustrial (CUNHA, 2006; FAJARDO, 2006 e 2008).

Além da mecanização, a introdução de culturas voltadas a exportação e produzidas em larga escala, baseadas na grande propriedade, reforçou o aspecto seletivo da modernização. Como consequência, a concentração de terra em espaços que ainda possuíam uma característica fundiária de predominância de pequenas propriedades, como o Norte do Paraná, é fator imperativo. O fim do domínio da cafeicultura naquela região representou a abertura para a expansão das lavouras modernas, sobretudo a produção de soja, articulada com o CAI.

Entretanto, da mesma forma que a ocupação do território e o povoamento ocorrem

de modo diferenciado espacialmente, as diferentes regiões do Paraná foram afetadas de modo distinto pela modernização. Tal situação se explica pelas características fundiárias desse espaço e, também, pela condição de capitalização dos grandes produtores.

Uma forma de compreender esse fenômeno é observar como a fragmentação no território da parte norte difere daqueles espaços em que permanece uma concentração de terra e essas grandes propriedades convertem as suas áreas de produção tradicional em lavouras modernas. Também as áreas originalmente ocupadas por colônias de imigrantes europeus serão atingidas de forma particular, onde os mais capitalizados se inserem no processo, marginalizando grupos. Essas diferenças ficam claras quando comparados os espaços de Ponta Grossa, Londrina/Maringá, Cascavel e Guarapuava.

ALGUNS PONTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL PARANAENSE

Como já observamos em Crocetti (2007), na década de 1960, o governo do Paraná criou a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR). Tal fato resultou em investimentos para a construção de uma infraestrutura que incluía a malha rodoviária e a produção e distribuição de energia elétrica (SAAB; BRAGUETO, 2016). Os resultados dos investimentos foram a instalação de plantas industriais no Paraná apoiadas no potencial regional que tinha como base as atividades tradicionais, já modernizadas. Dessa forma, em alguns espaços do interior paranaense, as atividades agropecuárias representaram um ponto de partida para o desenvolvimento de indústria de processamento de matéria prima oriunda do campo.

Quando em meados da década de 1960, o CODEPAR é transformado em banco, o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), esta instituição passa a privilegiar, sobretudo, empreendimentos de grande porte, abrindo espaço para que grandes grupos empresariais se instalem no Paraná (BRAGUETO, 1999). Também algumas cooperativas agropecuárias começam a se destacar no Paraná com altos investimentos para a criação dos seus parques industriais.

Na década de 1970, surge uma agroindustrialização, sustentada pelo modelo do Complexo Agroindustrial (CAI) que articulava as atividades agropecuárias com setores industriais à montante e à jusante. Exemplos dessas atividades são as indústrias madeireira, de processamento de soja com a produção de óleos vegetais, da produção de álcool, rações, carnes etc (FAJARDO, 2008).

Desse modo, as várias regiões do interior do Paraná passam por mudanças nas suas bases produtivas. A agroindustrialização ganha centralidade dos investimentos. Percebe-se então que o processo de industrialização, nos moldes modernos, encontra condições distintas nos espaços regionais. Parte da produção agroindustrial, ainda que articulada no território, concentra por parte da produção e dos investimentos em uma ou outra região, de

acordo com a atividade ou cadeia produtiva a que se refere, por exemplo Soja e Carnes. Da mesma forma, a dinâmica econômica de algumas atividades promove uma concentração maior do capital e da renda em alguns espaços.

Concomitantemente, sobretudo a partir da década de 1970, alguns municípios do Paraná começam uma especialização produtiva. Fresca (2006) menciona os casos de Arapongas, Apucarana e Cianorte, sendo as duas primeiras localizadas no eixo Londrina-Maringá e a terceira no Noroeste. O que diferencia essas especializações é o desenvolvimento de atividades industriais a partir de investimentos modestos, nos ramos de móveis (Arapongas), roupas (Cianorte) e bonés (Apucarana). De acordo com a referida autora, na década de 1980 o número de estabelecimentos industriais nesses municípios se multiplicou, provocando uma dinamização nos municípios e ocupando uma boa parcela da população no setor industrial.

Assim, entre os anos 1980 e 1990, ocorre uma diversificação industrial no interior do Paraná. Como exemplo, podem ser citadas as atividades ligadas aos derivados de celulose na região Centro-Sul, a indústria têxtil próxima a Campo Mourão, Cianorte e Maringá, e, ainda, o crescimento e consolidação das atividades frigoríficas, produtoras de carnes, na região Oeste, abrangendo municípios de Toledo, Medianeira, Cascavel e Palotina, dentre outros (LIMA, 2020).

No Sudoeste do Paraná também há um APL de confecções, que surge ainda na década de 1970 e abrange municípios como Francisco Beltrão, Pato Branco e Capanema (CALDERARI, 2019). Podemos observar que boa parte dessas atividades estão relacionadas ao processamento de matéria prima agrícola, ou seja, podem ser consideradas como parte do conjunto agroindustrial.

Ainda que alguns dos casos citados possa não apresentar aproximação com a atividade agroindustrial, como a indústria têxtil, ela se articula com a agroindústria por conta de que o algodão constitui uma das matérias primas principais para essa produção.

Em meados da década de 1980, o Paraná chegou a ser o maior produtor de algodão do Brasil e essa grande produção foi a motivação para as indústrias de fios e de tecido instaladas em algumas regiões do estado e estimuladas por recursos do Badep (MASSUDA, 2005). Vale lembrar que, empresas como a *Sanbra* (Sociedade Algodoreira do Nordeste Brasileiro) e a *Anderson Clayton*, já operavam no Paraná com a produção de algodão desde a década de 1930 (COSTA; SILVA, 2020). No decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970 essas empresas atuaram com o beneficiamento do algodão e o esmagamento da semente para a produção de óleo, além de outros produtos, como amendoim, milho e soja.

Porém, deve-se ressaltar que a presença dessas atividades, que fogem à lógica principal da agroindustrialização, baseada no processamento direto da produção agropecuária, fortaleceu regionalmente não apenas os municípios que originaram as atividades, mas também o entorno. Em outros municípios e regiões, essas especializações produtivas se articularam com a agroindústria. Casos como o de Telêmaco Borba e a

indústria de papel e celulose, e de Toledo, com o processamento de carnes, ilustram essa situação.

O caso da indústria de papel e celulose é bastante emblemático. No município de Telêmaco Borba a atuação da empresa Klabin materializa uma territorialidade hegemônica. Conforme Mazer e Christoffoli (2020), ao se instalar na região na década de 1930, com incentivos dos governos estadual e federal, a empresa passa a assumir um papel polarizador das atividades da indústria de base florestal. Vários municípios do entorno também passam a se articular, alterando profundamente a paisagem dos Campos Gerais.

A partir dos anos 2000, no Brasil, o processo chamado de desindustrialização, reforça a dependência econômica de produção e exportação advinda de produtos semi-manufaturados (CANO, 2014). E o Paraná foi um dos estados que, entre 1996 e 2007 tiveram um grande crescimento em alguns setores industriais, como automotivo, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, têxteis e celulose e papel, mas que identificaram uma redução na proporção da indústria de transformação no PIB (SAMPAIO, 2015).

Nesse contexto, o interior do Paraná que, diferente de outros estados, possui atividades de mineração não muito relevantes quanto aos volumes de exportações, ainda tem nas atividades agropecuárias e agroindustriais um forte vínculo. Assim, a dinâmica econômica produtiva reforça as particularidades e potenciais de inserção dos espaços regionais. E a indústria do interior tem uma base agroindustrial muito forte.

ASPECTOS DAS DIFERENÇAS REGIONAIS E OS POLOS DO INTERIOR DO PARANÁ

Do ponto de vista regional, alguns espaços acabam se especializando em cadeias produtivas. Assim, as várias regiões paranaenses, dessa forma, possuem singularidades constituídas por atividades muitas vezes distintas, mas articuladas.

Considerando o quadro econômico, urbano e populacional do interior do Paraná, cinco municípios se destacam como polos: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Guarapuava. A força regional desses municípios como centralidades urbanas, já foi abordada por Ferreira (2011). A proposta aqui apresentada procura compreender como os processos de formação histórica e econômica influenciaram na conformação de uma diferenciação regional bastante nítida, sob vários aspectos. Ainda que os serviços urbanos manifestem toda a polaridade regional, a construção do espaço de influência desses municípios perpassa por condicionantes que incluem os fluxos de população e as zonas produtivas agropecuárias e industriais.

As várias divisões regionais ocorridas no Paraná contribuem não apenas para reconhecimento do território (FAJARDO, 2013). Além disso as regionalizações possuem a funcionalidade de fornecer parâmetros de recortes a fim de se utilizar dados, como por exemplo os censitários, em pesquisas e comparações regionais. Nesse sentido, a divisão

mais recente do IBGE, em regiões geográficas Imediatas e Intermediárias (Figura 3), oferece a possibilidade de compreender a espacialização baseada em alguns polos que centralizam espaços.

Nessa divisão (IBGE, 2017), o Paraná possui seis espaços regionais denominados como “Regiões Geográficas Intermediárias” (Figura 3). Em cada uma dessas regiões, um município polo constitui sua área de influência em que vários municípios menores são abrangidos. São as seguintes: 1- Região Intermediária de Curitiba; 2-- Região Intermediária de Guarapuava; 3- Região Intermediária de Cascavel; 4- Região Intermediária de Maringá; 5- Região Intermediária de Londrina.

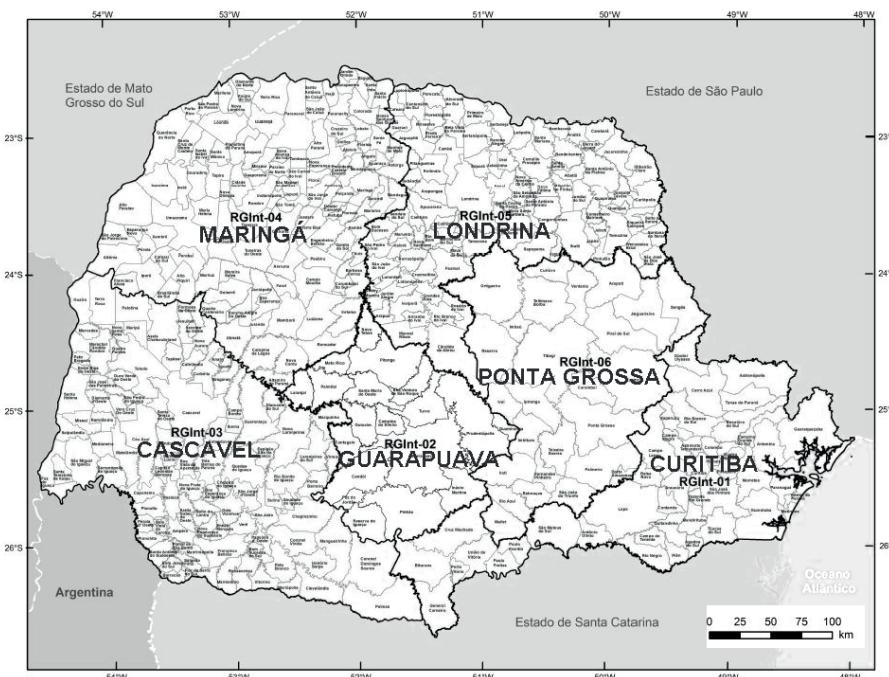


Figura 1: Mapa das Regiões Geográficas Intermediárias do Estado do Paraná. Fonte: IBGE (2017) e Ipardes (2020b).

No entanto, o quadro urbano Paranaense apresenta muitas peculiaridades. Muitas regiões classificadas como metropolitanas (regionais) foram sendo criadas ao longo dos anos. Tal fato permitiu que em um mesmo recorte espacial surgissem duas ou mais regiões metropolitanas, que polarizam pequenos municípios, em um espaço centralizado por uma cidade maior.

Essa situação ocorre, por exemplo com as centralidades regionais de: Campo Mourão, Umuarama e Paranavaí dentro da zona abrangida por Maringá; Apucarana na área de influência de Londrina; Toledo, Pato Branco e Francisco Beltrão no espaço de influência

de Cascavel (Figura 4).

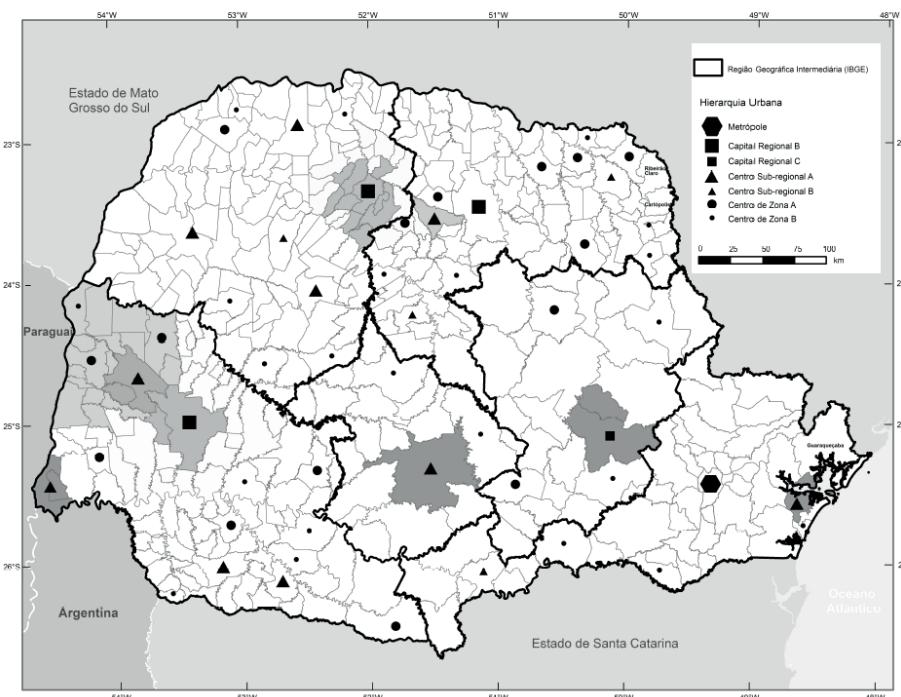


Figura 2: Mapa da Hierarquia, Concentração Urbana e Regiões Metropolitanas – Paraná. Fonte: Ipardes (2020b).

Ao abordar as diferenças regionais, nos basearemos também em dados dos estudos “Vários paranaás” do Ipardes, publicados em 2005 e 2017. Como este se utiliza dos dados de IDH-M, torna-se importante abordar alguns pontos relativos à indicadores da educação e saúde no estudo comparativo entre os espaços definidos. Alguns esforços têm como foco as ações municipais para a saúde pública. Um exemplo é encontrado na obra de Busato et al (2020), que realizaram um estudo com vistas a estudar o perfil de governança da saúde nas administrações públicas municipais.

Zubyk et al analisaram a gestão dos gastos municipais com saúde e educação no Paraná entre 2001 e 2012. Os autores chegaram a conclusão que apenas uma minoria dos municípios paranaenses foram eficientes na execução dos gastos. Tal fato indica que é preciso acompanhar as gestões municipais, pois grande parcela dos pequenos municípios, por exemplo, depende de repasse de recursos federais e estaduais e a eficiência na aplicação destes interfere na vida da população.

No caso das estatais, entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000 seja um período marcado por uma onda de privatizações, como foi o caso do banco público estadual, o Banestado, e a empresa estadual de telefonia, Telepar. Outras empresas

públicas, no entanto, resistiram, como a Copel e a Sanepar. A Sanepar foi considerada uma das empresas de saneamento mais eficientes do Brasil. E é estratégica por conta da necessidade de controle social dos recursos hídricos (MEDEIROS, 2005).

A presença do poder público ocorre em todos os espaços regionais paranaenses. Porém, as regiões mais dinâmicas, ou os municípios mais populosos ou economicamente mais fortes, acabam por concentrar grande parte dos serviços. Tais serviços incluem as sedes regionais de órgãos e instituições públicas localizadas em “cidades polo”.

Não se trata de admitir um retorno aos chamados “Polos de Desenvolvimento”, de Perroux (RIPPEL; LIMA, 2009), pois ainda que estarem centralizados por alguns polos regionais, o desenvolvimento de muitos dos pequenos municípios paranaenses não acompanha o centro urbano regional. Ou seja, há um processo de marginalização de pequenos municípios, em que a riqueza e o dinamismo de uma cidade-polo não chegam, resultando em miséria e abandono.

“O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo” (DESENVOLVIMENTO..., 2017, p. 8). Ramos, Nunes e Bianco (2011) afirmam que a desigualdade regional no Paraná está relacionada ao fato de que algumas regiões ainda dependem fortemente de setores tradicionais, enquanto outras procuraram a diversificação produtiva. Essa condição de fato existe, porém, é preciso deixar claro que alguns espaços regionais alcançaram a dinâmica econômica se aproveitando das atividades tradicionais, que foram modernizadas e inseridas de modo mais competitivo no mercado global.

Por outro lado, a diversidade do espaço e das paisagens do Paraná permitem outras atividades como o Turismo. Nesse sentido, o turismo rural e as atividades voltadas ao lazer passam a ser vistas como alternativas econômicas. A própria agricultura familiar utiliza dessa estratégia como complementação de renda, com a valorização da cultura e do ambiente da pequena propriedade rural (CANDIOTTO, 2013).

Algumas regiões do Paraná se aproveitam assim, das suas paisagens rurais como forma de agregar valor e renda. Esse potencial pode ser exemplificado com as pousadas rurais nos Campos Gerais (SILVA; FRANCISCO; THOMAZ, 2010), ou com as Caminhadas da Natureza no Vale do Ivaí (TONIOL; STEIL, 2012).

OS POVOS TRADICIONAIS E NO ESPAÇO PARANAENSE

A diversidade do espaço paranaense também é constituída de populações tradicionais. Entre esses povos está a população quilombola. Essas comunidades abrangem, em sua maioria, municípios do chamado Paraná Tradicional, incluindo municípios como Ponta Grossa, Castro, Campo Largo, Lapa, Doutor Ulysses, Ivaí, Turvo, Guarapuava, Candói, Palmas e Curiúva, dentre outros, sendo alguns mais a oeste Foz do Iguaçu, Guaira (CAMPOS; GALLINARI, 2017).

Outra população tradicional bastante relevante no Paraná é aquela denominada de

faxinalense. O faxinal constitui-se em um sistema tradicional de ocupação e uso coletivo da terra ainda presente em algumas regiões do Paraná. Nerone (2015) aponta que essa prática era um costume comum na península ibérica e fora reproduzida na América do Sul a partir das missões jesuíticas.

O sistema se caracteriza pelo uso comum de áreas em meio à floresta como criadouros de animais (CHANG, 1988). Imigrantes, como os poloneses, acabaram por se integrar ao modo de vida dos faxinais. Derrubavam parte da mata, deixando as árvores maiores (WACHOWICZ, 2002). Fizeram uso dos criadouros comuns, dos faxinais.

Além desses criadouros comunitários essa população camponesa, identificada como “faxinalense” possui agricultura de subsistência além de uma vida comunitária. Tavares (2008) e Souza (2010) enfatizam o caráter coletivo dessas comunidades. A identidade faxinalense reforça o aspecto destes, enquanto sujeitos sociais, que recentemente foram reconhecidos como povos tradicionais e passaram a se organizar na luta por seus direitos. Imigrantes, como os poloneses, acabaram por se integrar ao modo de vida dos faxinais e fizeram uso dos criadouros comuns (CHANG, 1988). Derrubavam parte da mata, deixando as árvores maiores (WACHOWICZ, 2002).

Os faxinais que ainda não sofreram desestruturação, em geral, localizam-se em áreas de floresta, com o predomínio de araucária em algumas partes e a presença do extrativismo de erva mate e pinhão. São, por essa razão, considerados grupos que contribuem para a defesa ambiental ao favorecerem o uso sustentável dos recursos naturais. Porém, os conflitos, a expansão agrícola e o êxodo rural têm provocado uma desarticulação de grande parte dos faxinais paranaenses que ainda sobrevivem (NERONE, 2015).

A propósito do debate ambiental, vale lembrar que em 1963, o Paraná sofreu um dos maiores desastres da sua história. Um imenso incêndio, sem nenhum precedente, atingiu cerca de 128 municípios, queimando lavouras, pastagens, casas, animais domésticos e o pouco de vegetação nativa que ainda existia, matando animais selvagens e 110 pessoas (PAIXÃO; PRIORI, 2015).

O Paraná possui uma vegetação das mais diversificadas do Brasil, porém, no ano de 2009, apenas cerca de 2% do território constitui unidade de conservação (VICENTE; VANZELA; TOREZAN, p. 2009). Para se ter uma ideia, até meados do século XIX, quando da emancipação da Província do Paraná, a cobertura florestal ainda abrangia 83% do nosso território (SONDA; BERGOLD, 2013).

O espaço rural paranaense foi impactado com o avanço das atividades agropecuárias modernas. O resultado desse processo se converteu em uma profunda transformação na paisagem, em muitos casos, acompanhada de desmatamento, processos erosivos e poluição das águas (FAJARDO, 2018). O empresariado acaba dependendo de estímulos financeiros para adotarem práticas ambientais corretas (PRATES, 2006).

Em contrapartida, o processo de urbanização avançou no interior Paraná a partir da década de 1950. Com a modernização agropecuária e a industrialização, municípios

como Ponta Grossa, Cascavel, Londrina, Maringá e Guarapuava tiveram um acréscimo considerável em suas populações (MOURA, 2004).

No ano de 1960, enquanto Curitiba possuía 344.560 habitantes, Ponta Grossa já contava com 77.803 e Londrina 74.110 pessoas, e esses três municípios englobavam 43,5% da população urbana do Paraná (SOUZA, 1971). E em 1970 o Paraná já contava com cinco municípios com população urbana com mais de 50 mil habitantes, atingindo o número de 14 a partir dos anos 1980 (MOURA, 2004).

Apesar de serem identificadas duas relevantes aglomerações urbanas no Paraná, uma abrangendo O Curitiba e Ponta Grossa e outra no eixo Londrina/Maringá, grande parte dos municípios paranaense ainda mantém forte vínculo com o espaço rural (ROCHA; BARCHET, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário considerar a complexidade em se comparar os espaços rurais e urbanos em termos de desenvolvimento. Não necessariamente a presença maior ou menor das atividades agropecuárias ou o maior ou menor nível de urbanização determina o nível de desenvolvimento social de uma região.

O interior do Paraná, como um todo, articula-se em rede com atividades agroindustriais. Regionalmente, alguns espaços se especializam, outros estabelecem relações diretas entre si, formando uma dinâmica de fluxos onde algumas áreas são responsáveis pela produção agropecuária, enquanto outras processam, armazenam e comercializam.

Por outro lado, a dinâmica dos pequenos municípios com base agrícola, muitas vezes é muito fraca. Tal situação é muito comum no interior do Paraná, onde alguns municípios concentram a maior parte da população e dinamizam a economia regional em detrimento de vários pequenos municípios (em população) com economia muito fragilizada dependentes de uma rede de serviços urbana centralizada nesses centros maiores, as chamadas “cidades médias”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Letícia Leal de. **Regionalismo paranaense**: do esboço de uma sinopse de História regional à História do Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Ponta Grossa: UEPG, 2016.125f.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil. P.; WESTPHALEN, Cecília. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BERNARDES, Lísia M. C. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 335-384, jul./set. 1953.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 427-456, out./dez. 1952.

BRAGUETO, Claudio R. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. **Geografia**, Londrina, V. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999.

CALDERARI, Egon B. **Empreendedorismo regional, redes e capital social: estudo de caso em dois APJs de confecção do estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Administração). Curitiba: UTFPR, 2019.189f.

CAMARGO JÚNIOR, Mauro C. V. de. **Escrever uma história do Paraná para torná-la conhecida pelos paranaenses e pelos brasileiros**: a construção de espaços de produção histórica no Paraná (1890-1930). Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2018. 347f.

CAMPOS, Margarida C.; GALLINARI, Tainara. Permanência e resistência das comunidades remanescentes de quilombolas no Paraná. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 131-142, mai./ago. 2017.

CANDIOTO, Luciano Z. P. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o Programa Nacional de Turismo Rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **Cultur**, Ilhéus, v. 7, n. 2, p. 111-131, jun. 2013.

CHANG, MAN YU. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p.

COSTA, Armando D.; SILVA, Gustavo, P. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil (1923-1994). **América Latina en la Historia Económica**, Ciudad de México, v. 27, n. 1, p. 1-30, 2020.

CROCETTI, Zeno S. **Evolução sócio-espacial do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 2007. 196f.

CUNHA, Luiz Alexandre G. Revisitando a discussão sobre a modernização da agricultura. In: FAJARDO, Sergio; DANTAS, Jhonatan dos S. **Geografia agrária, ruralidades e território**: processos locais no espaço rural. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2018, p. 9-36.

DESENVOLVIMENTO Humano para Além das Médias: 2017. Brasília: PNUD : IPEA : FJP, 2017. 127 p.

FAJARDO, Sergio. Considerações sobre os processos produtivos agrícolas e alguns reflexos na paisagem rural paranaense. **Anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA**. Dourados, 6 a 10 de novembro de 2018.

FAJARDO, Sergio. Equívocos nos usos da divisão regional oficial no estado do Paraná. **Geografar**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 86-99, jun. 2013.

FAJARDO, Sergio. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **RÁ E GA**, Curitiba, n. 11, p. 89-102, 2006.

FAJARDO, Sergio. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008, 414p.

FERREIRA, Sandra C. A centralidade de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava na rede urbana do Paraná. **RA'E GA**, Curitiba, n. 23, p. 631, 2011.

FLEISHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Chain, 1998.

FRESCA, Tania M. Industrialização recente da rede urbana do Norte do Paraná: cidades especializadas em produções industriais e transferência industrial. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 129-146, 2006.

FRITZSONS, Elenice et al. **Caracterização ambiental dos componentes estruturais de duas regiões do bioma mata Atlântica no Estado do Paraná**. Colombo: Embrapa Florestas, 2014. 36p.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estado do Paraná: Região Geográfica Intermediária (IBGE)**. Mapa. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-avancado-dos-municípios#>. Acesso em 29/10/2020.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás**: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015. Curitiba: Ipardes, 2017. 239p.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Produto Interno Bruto (Referência 2010) segundo os municípios do Paraná – 2013-2017**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municípios>. Acesso em 15/10/2020.

LIMA, Jandir F. de. Valor adicionado fiscal do estado do Paraná: concentração e reestruturação regional. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 17, n. 2, abr./jun. 2020.

MASSUDA, Ely M. Produção e consumo de algodão e as indústrias de fiações de algodão no Paraná. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá, v. 27, n. 1, p. 61-68, 2005.

MAZER, Guilherme P.; CHRISTOFFOLI, Pedro I. Impactos do agronegócio florestal no território Caminhos do Tibagi – PR. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 35, p. 343-371, abr. 2020.

MEDEIROS, Paulo C. A face oculta da privatização e os desafios da gestão social das águas no estado do Paraná. **RA'E GA**, Curitiba, n. 10, p. 117-130, 2005.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004.

NERONE, Maria Magdalena. **Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. 220 p.

PRATES, Thierry M. **Sistemas regionais de inovação em tecnologias ambientais**: um estudo de caso sobre o Paraná. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Curitiba: UFPR, 2006. 204f.

RADAR IDHM : evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. Brasília : IPEA: PNUD : FJP, 2019. 65 p.

RAMOS, José M.; NUNES, Paulo, A.; BIANCO, Joseane L. Desigualdades regionais de desenvolvimento econômico do Paraná de 1999 a 2008. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v. 13, n. 23, p. 90-105, jul. 2011.

RANGEL, Sheila. As diferenças regionais em relação ao desenvolvimento sócio-econômico da agricultura familiar brasileira. **Revista Eletrônica de Administração (Online)**, v. 11, n.1, edição 20, jan-jun 2012.

RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir F. de. Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 136 - 149, jan./abr. 2009.

ROCHA, Adalberto; BARCHET, Isabela. O rural e o urbano no estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 115126, mai.-ago, 2015.

ROSA, Lilian da; SOUZA, Taciana S. de. Evolução do setor ervateiro durante o século XIX: uma análise dos avanços tecnológicos na cadeia produtiva. **História Econômica & História de Empresas**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 9-40, 2019.

SAMPAIO, Daniel P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: 2015. 234f.

SILVA, Nivaldo P. Da; FRANCISCO, Antonio C.; THOMAZ, Marcos S. **CVTempespaço**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 22-37, 2010.

SONDA, Claudia; BERGOLD, Raul C. Paraná: terra, floresta e gentes. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de O.; MARQUES, Sônia dos S. (orgs.). **Memória dos povos do campo no Paraná**: Centro-Sul. Curitiba: ITCG, 2013, p. 15-40.

SOUZA, Maria A. A. de. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 46, p. 38-87, dez. 1971.

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos A. O idioma ambiental e a promoção de caminhadas na natureza: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.293-322, jan./jun. 2012.

TRICHES, Rozane M.; KILLIAN, Leideliane. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios paranaenses. **Redes** (St. Cruz Sul, *Online*), v. 21, nº 3, p. 159 - 179, set./dez. 2016.

VICENTE, Raquel F.; VANZELA, André L. L.; TOREZAN, José M. Representatividade de ecossistemas no sistema de unidades de conservação no estado do Paraná, Brasil. **Natureza & Conservação**, v. 7, n. 1, p. 50-66, abr. 2009.

WACHOWICZ, Ruy. C. **História do Paraná**. 10^a ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

ZUBYK, Adriana R. et al. Eficiência na gestão dos gastos municipais em educação e saúde: um estudo baseado na análise envoltória de dados no estado do Paraná. **Enfoque**, Maringá, v. 38, n. 1, p. 123139, jan./abr. 2019.